

Pelo plano original

Empregados da Eletrosul estão procurando os sindicatos preocupados com as disfunções existentes na empresa, motivadas pela "reforma administrativa" e não contempladas pelo atual PCS (Tower Perrin). A Intersindical sempre se posicionou contra este PCS por ser um ato de fim de gestão e que só atendeu algumas pessoas. Agora a Intersindical vai procurar a diretoria da empresa para que seja retomado o plano original, elaborado há cinco anos com a participação dos sindicatos e Eletrosul.

Plenária da CUT

Nos dias 29, 30 e 31 de julho acontece no campus da UFSC, em Florianópolis, a Plenária Estadual da CUT. Em debate, entre outros, a Revisão Constitucional, Plano de Ação da entidade e eleição de delegados à Plenária Nacional.

Prazo Final

Expira no dia 31 de agosto o prazo para aqueles empregados da Eletrosul que querem assinar suas procurações para dar continuidade ao processo do "Plano Bresser". Elas deverão ser entregues aos representantes sindicais no seu local de trabalho.

Aposentados indenizados

Onze aposentados da Celesc de Rio do Sul receberam, finalmente, indenização da ação de revisão de cálculo de aposentadoria ajuizada em fevereiro de 1988.

Nº 233
15/07/92

LINHA VIVA

Pressão pode reverter veto ao reajuste mensal

Terça-feira à noite, depois de idas e voltas, foi aprovado pelos deputados em Brasília a política salarial que prevê reajustes mensais de 100% da inflação até 20 salários mínimos (SM) e aumento real de 3% mensais para o salário mínimo. Mas isto não significa nada, porque o projeto tem que ser assinado pelo Presidente da República transformando-o em lei ou vetando-o. Itamar já avisou que veta e assina uma Medida Provisória com a "sua" política

salarial (algo em torno de 50% da inflação para até 6 SM).

O veto do presidente, porém, pode ser derrubado. Basta que metade mais um dos deputados e senadores mantenham a política aprovada na terça-feira. Esta votação é secreta e, portanto, isso só acontecerá se houver muita pressão dos trabalhadores.

Diz o governo que o reajuste de 100% da inflação alimenta o "dragão" inflacionário e causaria mais uma "falência" na Previdência. Segundo seus cálculos se a reposição fosse de 60% da inflação o déficit anual da Previdência seria de 1,2 bilhões de dólares. Isto parece muito dinheiro, mas não é nada, quando se descobre que o governo se dispôs a pagar 15,6 bilhões de dólares da dívida externa este ano, 3 bilhões de dólares a mais que no ano passado. Com estes três bilhões dava para fazer a dignidade de muito brasileiro.



ELOS terá nova diretoria até o final do mês, diz Ilário Pasin

Até a final do mês de julho a Fundação ELOS terá uma nova diretoria. Esta informação foi passada pelo diretor administrativo da Eletrosul, Ilário Pasin, durante a reunião de negociação com a Intersindical que aconteceu ontem, no Sertão do Imaruf.

A reunião tratou ainda da questão do plano de Cargos e Salários.

Ficou acertado que será suspensa a aplicação do plano elaborado pela Paulis Perini e será verificada a possibilidade de uma ação imediata sobre as 1.400 disfunções já detectadas pela empresa.

Outros pontos como a extensão da anistia, o plano de saúde e a reforma administrativa vão mer

reuniões específicas que serão agendadas na próxima semana.

A segunda parte da reunião foi a negociação das cláusulas específicas do acordo coletivo de 1992, mas não foi possível apurar os seus resultados antes do fechamento desta edição.

Itajaí ganha férias

O Tribunal Regional do Trabalho julgou improcedente as tentativas da Celesc - através de uma ação rescisória e outra cautelar - contra o pagamento de gratificação de férias, ganha pelo Sindicato de Itajaí. Agora a sentença está em fase de execução.

DIEESE diz porque

Os processos de terceirização no Brasil estão piorando as condições de trabalho, reduzindo benefícios sociais, salários e a segurança do trabalhador. A conclusão é do primeiro estudo do DIEESE sobre a terceirização, que entrevistou trabalhadores de 40 empresas de "peso" de vários setores em oito Estados do país. Todas estão em processo de terceirização. Em 67,5% dos casos houve degradação salarial; em 72,5% dos registros os benefícios sociais foram reduzidos e em 17,5% foi contratado trabalho menos qualificado.

Justiça manda pagar

Os eletricitários do Vale do Itajaí, que trabalham na Eletrosul, irão receber 84,32% de reajustes referentes ao "Plano Collor". Quem mandou pagar foi a Junta de Conciliação e Julgamento de Blumenau.

Transporte em Fpolis

Através de correspondência o Sinergia comunicou ao DA da Celesc que para restabelecer o transporte dos funcionários no trajeto que passa pelo Estreito/Barreiros será necessário um micro-ônibus, conforme levantamento feito no Despacho de Carga e Almoxarifado/Palhoça.

CUT quer correção do FGTS

Por causa da participação da CUT no Conselho Curador do FGTS os trabalhadores brasileiros ficaram sabendo que 74% das empresas cadastradas recolhem irregularmente o FGTS, sendo que 53% delas não recolhem absolutamente um centavo. Por causa desta participação também é que foi possível estabelecer regras de controle, que agora estão sendo postas em prática, como o recadastramento.

Com a edição dos novos regulamentos do FGTS os sindicatos agora tem o direito e obrigação de requerer informações do fundo dos trabalhadores de sua base, tanto nas empresas como nos bancos. Poderão assim exigir das empresas a regularização dos depósitos e agindo preventivamente, fiscalizando estes depósitos regularmente, os sindicatos poderão também executar débitos de FGTS na Justiça, cobrando a dívida.

Contribuição Confederativa

Os sindicatos integrantes da Intersindical, respeitando as decisões das assembleias, buscarão que seja efetuado o desconto da contribuição confederativa de todos funcionários da Celesc. Esta contribuição será destinada a dar continuidade à "Campanha Celesc/93". A Intercel comunica também que a campanha realizada em maio já foi devidamente paga por todos sindicatos. Os custos foram: outdoors - Cr\$ 336.252.000,00; rádio - Cr\$ 306.253.380,00; plásticos, cartazes, flâmulas, criação - Cr\$ 190.027.000,00; nota jornal - Cr\$ 41.425.306,00.

EDITORIAL

Preservar a empresa pública e a eficiência

O IBOPE divulgou recentemente, pesquisa sobre a atuação das empresas públicas do estado. Celesc, Telesc, Besc e Casan são consideradas "muito eficientes" e "eficientes" pela grande maioria da população catarinense. No caso da Celesc o índice de aprovação chegou a 78%.

Estes resultados são significativos principalmente por desmascarar frontalmente a grande farsa de nosso tempo que afirma a eficiência como mérito restrito das empresas privadas. A afirmação do papel da empresa pública pelos seus próprios usuários é uma sinalização clara para todos aqueles que vêm sendo seduzidos pelo canto da sereia (ou dos tubarões?) entonado em coro pela elite do capitalismo neoliberal.

Por não visar o lucro a todo custo, realizar investimentos sociais e se constituir em instrumento de distribuição de renda, as empresas públicas são fundamentais para o processo de conquista da cidadania para todos os brasileiros.

Na Argentina, numa atitude contrária a vontade de seu povo, as empresas de energia elétrica foram privatizadas. O resultado deste procedimento tem sido nefasto. Além do elevado custo das tarifas e da queda da qualidade dos serviços, a população se vê ameaçada constantemente por blecautes. Quando a relação investimento/retorno não contempla as ambições dos empresários há

ameaça de corte de fornecimento de energia.

O jornal La Nacion do dia 10 de julho passado traz como manchete *Controversia oficial por el subsidio de la luz, relatando o dilema da população dos bairros carentes que vivem sob a ameaça da falta de luz. É que as empresas exigem que o estado subsidie a compra de medidores e as tarifas dos bairros pobres.*

A privatização é isso: "venha a nós o lucro e os ônus, que pague o governo". Pouco adianta agora os governantes argentinos reclamarem atitudes inócuas de empresários que exigem subsídios, chantagem e desprezam os direitos da população.

Em Santa Catarina a população aprova os serviços prestados pelas suas estatais, o que não exige, no caso específico da Celesc, a crítica contundente de desastrosas ingerências político-partidárias que vêm historicamente dificultando o próprio desempenho de seus trabalhadores. O resultado destas pesquisas possui também o efeito de aumentar ainda mais as responsabilidades de todos aqueles que, contrariamente ao discurso neoliberal, desejam transformar as estatais em paradigmas de qualidade de serviços e de cumprimento de sua função social e estratégica no desenvolvimento do país.

A reforma administrativa continua sendo um pesadelo para muitos ex-empregados de estatais Brasil afora, demitidos no período collorido. Grande parte deles não conseguiram repor tudo que perderam com a demissão, principalmente a auto-estima.

Uma notícia rápida e curta sobre a possibilidade de revisão das demissão por parte do governo federal, transformou os sindicatos em uma espécie de consultórios terapêuticos onde centenas de pessoas, nas duas últimas semanas, despejaram suas tristezas, frustrações, raivas. Todos queriam preencher requerimentos de reintegração a serem encaminhados à Brasília.

"Eles vão pagar", foi a frase mais ouvida nos sindicatos, acompanhada de outra ameaça: "quero voltar, nem que seja só para dar um soco num cara e ser demitido de novo". Teve gente que disse que até hoje sonha que está sendo demitida. Estas pessoas contaram como estão vivendo, como estão se sentindo. Mais de 170 estiveram no Sinergia para preencher o requerimento. O fato de estarem procurando retornar é sinal de que sua situação não é boa. Alguns estão desempregados até hoje. "Faço pão para vender. Depois de 16 anos de Eletrosul, trabalho das 5 horas da manhã até a meia noite, para sobreviver".

O Linha Viva anotou o depoimento de três deles, como um registro do que a reforma administrativa deixou para trás.

O saldo desumano da reforma administrativa



"O pior é para os filhos, ser um pai desempregado"

Paulo Lorencini de chefe de obras da Eletrosul por 16 anos é hoje um representante de pisos cerâmicos. Conseguiu o emprego através de outro ex-diretor da Eletrosul. Lorencini é otimista: "Pelo menos tô fazendo alguma coisa, enquanto "namoro" outros empregos".

Esta, aliás, foi a melhor maneira que encontrou para contornar um grande problema: "era muito difícil para meus filhos saber que eu estava desempregado. Agora já tem o que responder quando se trata da minha profissão. Foi muito difícil para eles mudar de status e seria pior ainda eu continuar desempregado".

Lorencini aceitou a "incentivada" em 1992. Ele diz que foi pressionado pela direção da empresa. Depois disso vendeu o apartamento muito bem localizado que tinha e comprou outros menores, para alugar no verão. "Estou administrando o que tenho. Meu padrão de vida caiu e me sinto desvalorizado, meio imprestável. Não tenho horário para cumprir. Mas o pior é perante os filhos, ser um pai desempregado."

Neste ano de desemprego Lorencini diz que mudou muitas opiniões: "conheci a Eletrosul de uma forma errada. Vesti a camisa e ela não merecia. Nunca tive padrinhos, passei por 4 presidências e 5 diretores de obras, me mantendo pelo meu trabalho. Enquanto isto vi muita gente caindo de pára-quedas, que não se formaram dentro da empresa. E na hora que perdi meu cargo desapareceu todo mundo".

Lorencini também preencheu o requerimento tentando a volta à Eletrosul. "Não é o último tiro que estou dando na minha vida, mas é mais uma porta que se abre".

"Eu era empolgado com meu trabalho, agora não posso nem sair de casa"

José do Patrocínio Henrique de Souza convive há dois anos com um forte sentimento de auto-depreciação. Ele trabalhou mais de 14 anos no laboratório de alta tensão da Eletrosul e em fevereiro de 1991 abandonou o posto e aceitou o incentivo à demissão, se rendendo há mais de um ano de pressões, vindas sobretudo de seu chefe, Xavier, para que saísse da empresa.

"Eu não aguentava mais. Fiz uma besteira, mas não estava mais raciocinando, perdi a cabeça. Com tanta pressão a gente acaba perturbado. A loucura foi tanta que nem me preocupei com a aposentadoria."

Agora Souza vive a expectativa de conseguir sua aposentadoria pelo INSS. A da Elos ele desistiu por não ter como pagar. Para se manter, a última coisa que vendeu foi seu automóvel. Isto junto com um emprego que a esposa arrumou vai dando para a sobrevivência deles e dos três filhos pequenos. Emprego ele não conseguiu. "Houve uma retração muito grande no mercado. A Eletrosul investiu alto no meu trabalho. Fiz cursos ótimos, e até fui treinado na Alemanha. Eu era empolgado com meu trabalho. Agora nem gosto de sair de casa, porque é só chora-deira que encontro pela frente. Fico mais arrasado ainda".

Semana passada Souza assinou o requerimento para revisão de sua demissão pelo governo federal. "Estou na opção zero. Não tenho mais nada a perder. Deixar de reivindicar minha volta seria loucura".



Aposentadoria prometida não veio

Na sua pressa de "incentivar" demissões por meio de aposentadorias, a direção da Eletrosul levou até a empresa um gerente do INSS para falar aos empregados que poderiam somar tempo de serviço prestado em escolas técnicas para a sua aposentadoria.

Foi uma boa notícia para o contador Salomão Lobo Souza Filho, que com 26 anos de trabalho (quase vinte na Eletrosul) mais 4 de escola técnica no Rio de Janeiro poderia se aposentar e pegar o seu incentivo.

No entanto, quando foi a hora da aposentadoria a coisa não aconteceu como tinha sido apontado pelo pessoal do INSS e, de parte da Eletrosul, por Miguel Sedrez. Salomão e pelo menos mais três pessoas não conseguiram a aposentadoria e estão consumindo o seu incentivo para pagar o INSS e a Elos, para não perder o tempo de serviço.

"Foi pelo menos uma irresponsabilidade da empresa", comenta Salomão. "Se eu não tivesse um patrimônio acumulado estaria na miséria, eu estou me virando, mas fui enganado tanto pela Eletrosul quanto pelo INSS", lamenta.

TRIBUNA LIVRE

Conselho de Consumidores

Clóvis Scherer
Técnico DIEESE

As empresas de energia elétrica têm, a partir de 2 de junho, 180 dias para criarem conselhos de consumidores. Eles foram criados pela Lei 8631/93, com a finalidade de avaliarem os serviços prestados e as tarifas praticadas pelas empresas. O DNAEE fixou o prazo para a sua instalação na Portaria nº 519, que também prevê normas para a composição dos conselhos.

Os conselhos existirão em cada empresa concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A obrigação vale tanto para as empresas privadas quanto para as públicas, municipais, estaduais ou federais.

Diz a Portaria do DNAEE que esses conselhos terão "caráter consultivo voltado para a orientação, análise e avaliação das questões ligadas ao fornecimento, tarifas e adequabilidade dos serviços prestados ao consumidor final". Embora não tenham poder de decisão, o peso moral de suas posições poderá exercer grande influência sobre as políticas das empresas. Isto certamente dependerá da representatividade dos membros do Conselho.

Se, à princípio, os conselhos discutirão apenas as tarifas e a qualidade dos serviços (adequacidade), será inevitável que esta discussão se estenda ao exame de custos, investimentos, orçamento, finanças, administração e planejamento das empresas. Esta amplitude pode transformá-los em fóruns de debate público sobre a gestão desse serviço público e das empresas concessionárias.

A Portaria diz que o Conselho será composto por representantes dos consumidores das classes residencial, comercial, industrial e rural, em igual número, e contará com a participação das entidades de proteção do consumidor, como o PROCON. Não foram determinados o número total de membros nem a forma de sua escolha, o que transfere para cada caso a definição da representatividade do conselho perante a sociedade.

Embora tenha levado quase três meses para ser editada, numa demora incompatível com a sua simplicidade, a regulamentação tem o mérito de compor as empresas a criarem esses órgãos. Obrigando o cumprimento da Lei, podem mudar as relações entre consumidores e concessionários do setor elétrico, no sentido da sua democratização. Mas, para isso é também fundamental garantir a representatividade da composição e as condições para o funcionamento dos conselhos, questões cuja resolução vai se dar ao nível de cada empresa.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Rosemeri Dolor Siqueira. Editores: Gastão Cassei (DRT/RS 6166) e Maril Cristina Scamazzon (DRT/RS4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Edição Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Sinergia deflagra campanhas com festa

O Sinergia realiza amanhã, dia 16, a festa **Esquentando os Tamborins**, que marcará o início das campanhas salariais na Celesc e Eletrosul. A partir das 20 horas vai rolar chope e samba e chorinho ao vivo no salão do Cabañas. A entrada é franca para os associados do sindicato, bastando apresentar o crachás da empresa ou a carteirinha do sindicato.

O chope vai ser servido gratuitamente, mas quem desejar outra bebida, ou mesmo um salgadinho, poderá adquirir no bar do Cabañas que estará aberto. A música ficará por conta do grupo **Nosso Choro** e por um grupo de pagode do Consulado.

Esta é a primeira vez que uma campanha salarial é deflagrada com festa pelo Sinergia. "Não podemos associar a nossa luta a um processo massante, uma campanha não pode prescindir da alegria e da integração", explica o diretor de cultura da entidade, Dinivaldo Gilioli.

Produtores culturais serão cadastrados

Os eletricitários produtores de cultura serão cadastrados a partir desta semana pelo Sinergia. A departamento de cultura da entidade está buscando dados sobre todos os que de alguma forma estão envolvidos com música, teatro, artes plásticas, literatura, etc...

A proposta é reunir dados que traçam um perfil dos produtores, identifique áreas de concentração da atividade cultural, inclusive entre os os familiares dos eletricitários. Com estes cruzamentos o Sinergia pretende viabilizar promoções culturais que contem com a participação da própria categoria, inclusive no sentido de abrir canais de expressão.

As fichas de cadastramento serão distribuídas a partir desta semana e podem ser encontradas com os diretores do sindicato e representantes sindicais. O recolhimento será feito até o final de agosto. Mais informações podem ser obtidas no Sinergia, na departamento de cultura.

O que é bom para a Times é bom para o Brasil?

Paulo Markun
Deadline/Ipsis Litteris

O que pode fazer uma ex-prostituta, cuja foto foi publicada por uma revista poderosa e importante, ilustrando uma reportagem sobre o turismo do sexo? O caso de J.S., hoje casada e esperando o primeiro filho, virou notícia no Brasil. Como o processo deve ocorrer sob lei americana, J.S. tem boas chances de ganhar a parada contra a Time. Mas e se a foto tivesse saído numa publicação brasileira, quais as chances de J.S.? Mais ainda, que espaço ela teria na mídia? São perguntas cujas respostas nos remetem a uma velha discussão: a necessidade de definir um código de ética e um mecanismo que assegure sua aplicação.

A mídia está atrasada. Provavelmente porque, no caso, isso pode significar a diferença entre o lucro e prejuízo, os publicitários saíram na frente com o Código Brasileiro de Autoregulação Publicitária. Atuando longe dos holofotes, o Conar botou alguma ordem no caos em que a propaganda corria o risco de se transformar com a abertura política (o código é de 1978).

Os principais veículos têm manuais e códigos internos. Mas o que se pode fazer quando um jornal ou um jornalista passa dos limites? E que limites são esses? Quem tem condição de dizer o que é certo ou errado quando se trata de notícias, interesse público, privacidade e sensacionalismo?

Em 1992, o jornal Diário do Pará, do governador Jader Barbalho, denunciou a Folha de S. Paulo e o jornalista Gilberto Dimenstein pela publicação de uma foto pretensamente armada, em que aparecia uma prostituta menor de idade com uma placa de vende-se. A foto não fazia parte da extensa pesquisa de Dimenstein, que se transformou no livro *Meninas da Noite*. Tinha sido feita por Ruy Faccinni três anos antes. Dois meses depois, uma equipe da Manchete registrou em vídeo a compra de uma garota no mesmo mercado do Ver-o-Peso, em Belém. A foto publicada pela Folha, ao contrário da estampada pela Time, não identificava a menor.

Dimenstein conseguiu se defender por ser diretor da sucursal da Folha em Brasília. Outras personalidades obtiveram espaço para seus argumentos, como Roberto Carlos e sua perna mecânica contra o Notícias Populares, Nelson



Piquet e seu divórcio contra um grupo de repórteres de Brasília, ou Caetano Veloso, Ney Matogrosso e Gilberto Gil contra revistas de fofocas.

São exceções. Nossa Justiça foi surpreendentemente ágil ao impedir que o Fantástico, da Rede Globo, apresentasse uma reportagem mostrando como vivem, na cadeia, os juízes que fraudaram o INSS. Uma liminar do principal acusado, já preso, adiou por uma semana a exibição da matéria. Todos os dias, no entanto, a televisão apresenta policiais e delegados arrancando as camisas ou os jornais com que presos e pobres e geralmente negros tentam esconder o rosto. Há poucos dias, o coordenador de comunicação do governo Fleury, Eurico Andrade, publicou matéria paga de página inteira contestando informações e números sobre publicidade oficial publicada pela Folha de S. Paulo. E os que não têm dinheiro para mandar imprimir sua versão dos fatos?

O povão não tem um Celso Russomano para tomar suas dores quando o caso é com a mídia. Aliás, o telejornal em que este paladino do consumidor trabalha seria um bom tema para a discussão de nossos limites éticos.